

Alvará com força de Ley, em que se declara as assignaturas, e emolumentos, que devem levar os Ouvidores, Juizes, e seus Officiaes, &c. De 10 de Outubro de 1754.



EU ELREY. Faço saber aos que este meu Alvará em fôrma de Ley virem, que tendo particular cuidado na conservação, e augmento dos meus Dominios da America, o qual depende muito da boa administração da Justiça, e havendo já dado as providencias, que parecêrao necessárias para a subsistencia dos Ministros, e Officiaes destinados para ella, especialmente para o districto das Minas, mandando fazer Regimento dos salarios, assignaturas, e mais Proes, e percalços, que haviaõ de levar competentes no anno de mil setecentos e vinte e hum, pelo Governador das Minas Geraes D. Lourenço de Almeida, com outros Ministros Adjuntos, conforme o tempo, e estado della, o qual mandei observar, naõ obstante aquella determinação. Sou informado, que o dito Regimento se naõ cumpre inteiramente em as Comarcas das mesmas Minas, e em outras, que posteriormente se descobrião, e povoáão, ou pela maior distancia dellas, ou pela diversidade dos Governos, introduzindo-se salarios excessivos, que se pertendem continuar por estylo, e com pretexto menos justificados, em prejuizo dos povos; e querendo desterrar os abusos, e excessos nesta materia, para que em todas as Comarcas, e districto das Minas se observe indifferêntemente hum só Regimento, e este seja em fôrma tal, que os Ministros, que a ellas vaõ servir, tenhaõ com que decentemente se possaõ sustentar independentes nos lugares, que administram, e aquelles emolumentos, que se devem permitir para compenlar as despezas, que fazem nas viagens, e jornadas, e tambem os Officiaes, que vaõ providos para as mesmas partes nos Officios creados para aquella administração, sem vexação dos povos, e excessos que levaõ, e tem introduzido. Sou servido ordenar, que em todas as Comarcas das Minas, assim pertencentes ao Governo das Minas Geraes, como do Cuyabá, e Mato Grosso, S. Paulo, e Goyaz; e nas que ficaõ no Continente do Governo da Bahia, como saõ Jacobina, Rio das Contas, e Minas novas do Arassuay, e em todas as mais, que se descobrirem nos mesmos, ou diversos Governos, se observe o presente Regimento, que mandei ordenar, ponderadas todas as circumstancias necessárias, e contingentes, com a declaração sómente, de que nelle se fará menção; e levarão os Ouvidores, Juizes, e seus Officiaes as assignaturas, e emolumentos seguintes.

OUVIDORES DAS COMARCAS.

T Eraõ estes de alçada nos bens de raiz até a quantia de vinte e cinco mil réis, e nos bens móveis até trinta mil réis, e nas penas pecuniarias até dez mil réis.

Das sentenças definitivas, sendo a causa até a quantia de trinta mil réis, levarão de assignatura quatrocentos réis; de trinta até cem mil

réis, seiscentos réis; de cem até quinhentos mil réis, oitocentos réis; e de quinhentos mil réis para cima, mil e duzentos réis. Embargando-se as ditas sentenças, levarão ametade da assignatura da sentença: quer esta seja embargada por huma só parte, ou por ambas; das quaes não levará mais que a dita meia assignatura. Esta mesma ordem, e differença se praticará nas assignaturas das sentenças sobre excepções peremptorias, de espolio, artigos de attentado, de falsidade, e opposição, quando tiverem conhecimento ordinario, e se julgarem a final, pondo-se com a sentença fim á causa, e se pagará a assignatura della, regulando-se pelo pedido da acção; porém quando esta se não terminar pela dita sentença, não levarão della cousa alguma. Das excepções declinatorias levarão trezentos réis.

Nas acções da alma, não cabendo a causa na alçada, levarão trezentos réis; e cabendo nella, cento e sincoenta réis; e esta mesma quantia de huma absolvição da instancia. Dos mandados de preceito, trezentos réis; e de outros quaesquer mandados, cento e sincoenta réis. Das cartas precatórias, citatorias, executorias, de inquirição, de posse, e para outras quaesquer diligencias, trezentos réis, o mesmo das Cartas, ou Alvarás de Editos. Das cartas de seguro, dos casos em que as podem passar, de cada hum dos culpados, que se pretenderem segurar, sendo pessoas livres, seiscentos réis; porém sendo pai, e filho, marido, e mulher, ou senhor, e seus escravos, levarão somente a dita quantia, como se fosse huma pessoa só; não passarão porém as cartas de seguro nos delictos exceptuados na Ley, e que privativamente pertencem ao Corregedor do Crime da Relação do districto, nem nos casos, que lhes são permittidos, poderão passar as cartas, mais que por hum anno; e se dentro d'elle fôr a carta quebrada, poderão passar segunda, pelo tempo que restar para se concluir o anno, da qual levarão a mesma assignatura. Das justificações por embargo, ou segurança, de que se mandar passar instrumento, trezentos réis. Do sello da sentença, ou carta, duzentos réis. De juramento suppletorio, e tambem dado aos Louvados, para se avaliar a causa, de cada hum cento e sincoenta réis; porém louvando-se ambas as partes no mesmo Louvado, levarão só a dita quantia. De inquirir cada testemunha, cento e sincoenta réis, tanto em causas Crimes, como Civeis, naquellas em que o póde fazer. De exame feito dentro em casa, e sua presença, sobre vicio de autos, papéis, ou livros, seiscentos réis. De artigos de habilitação, cento e sincoenta réis. De embargos remettidos, trezentos réis; e vindo-se com elles na execução, sendo de nullidade, pagamento, compensação, retenção de bemfeitorias, artigos de liquidação, e justificativos, levarão ametade da assignatura da sentença definitiva; porém sendo de terceiro senhor, ou possuidor, levarão a final a mesma assignatura, que da sentença definitiva.

Das arrematações em leilão, sendo de bens móveis de valor até sincoenta mil réis, levarão de cada huma cento e sincoenta réis; de sincoenta mil réis até cem, terão trezentos réis; e passando de cem mil réis, ou sendo de bens de raiz, seiscentos réis; porém requerendo o Arrematante carta para seu titulo, não levará della assignatura. De cada vestoria da Cidade, ou Villa, dous mil e quatrocentos réis; e sendo no Termo, ou Comarca, levarão o caminho a seis legoas por dia, quatro

tro mil e oitocentos réis; e o mesmo vencerão por dia nas diligencias, indo fóra da terra a requerimento de parte. Dos instrumentos de aggravo, seiscentos réis. Das appellações que vierem ao dito Juizo, e sentenças dellas, mil e duzentos réis; e vindo-se com embargos á sentença, ametade da assignatura da primeira, quer esta seja embargada por huma só parte, ou por ambas, na fórma que fica dito. Dos dias de apparecer, seiscentos réis. Das devassas particulares, que tirarem a requerimento de parte, ou havendo culpados, levarão do auto, e juramento ao queixoso, trezentos réis. De cada testemunha, cento e fincoenta réis; e de pronúncia, seja hum, ou muitos culpados pronunciados juntamente, ou em diverso tempo, seiscentos réis. Nas queréllas, levarão do auto, testemunhas, e pronúncia o mesmo que nas devassas.

De aposentadoria, quando forem em correição ás Villas de sua Comarca, não levarão cousa alguma dos bens do Conselho em dinheiro, ou em especie; e só se lhes darão camas, cascas, lenha para os primeiros dias, e louça para a cozinha, e meza; e o mais que lhe fôr necessario o comprarão com o seu dinheiro pelo preço, e estado da terra; e o mesmo observarão quando forem ás ditas Villas por mandado meu a diligencia do meu Real serviço. Da audiencia geral na Camera, capitulos de Correição, e provimentos, que fizerem nos livros della, levarão vinte e quatro mil réis. Da eleição das Justças, pelouros, que os Ouvidores podem fazer para tres annos, em qualquer tempo do terceiro anno da eleição passada, doze mil réis. De devassa de suborno, não havendo culpados, não levarão cousa alguma dos bens do Conselho. Da assignatura das cartas de usança aos officiaes eleitos, de cada huma levará mil e duzentos réis. Das rubricas dos livros das Cameras, onde não houver Juizes de Fóra, de cada huma folha oitenta réis.

Nas revistas das afferições das balanças, pezos, e medidas, não levarão cousa alguma das pessoas, que tiverem afferido, e apresentarem em correição escripto de afferição feita na fórma da Ley; e porque nesta materia deve haver grande cuidado principalmente nas balanças, e pezos miudos de pezar ouro em pó, por ser moeda, que corre naquelle districto das Minas, pelo grande prejuizo, que se segue á Republica, não havendo igualdade nos ditos pezos, e balanças por falta de afferição; os Ouvidores assim que abrirem correição em cada huma das Villas da sua Comarca, mandarão lançar pregões nella, e pelos Lugares, e Arraiaes do Termo, e pôr editaes nos lugares publicos, e costumados, que todos os que tem obrigação de afferir, vão apresentar as suas afferições, havendo-se por citados com os ditos pergões, e editaes; e os que tiverem afferido, mostrando escripto de afferição, se lhes rubricará este, pondo-se-lhe *Visto em Correição*, com a rubrica do Ouvidor, sem por isso lhe levar estipendio algum; porém os que não tiverem afferido, ou não forem apresentar a sua afferição, ou tiverem afferido fóra de tempo determinado pela Ley, pagarão a condemnação, que aos Ouvidores parecer justa, havendo-se nella com moderação, não podendo exceder a quantia de tres mil e seiscentos réis: e terão os Ouvidores de cada huma a terça parte, e o Escrivão duzentos e quarenta réis, e o resto o Meirinho da Ouvidoria pelo trabalho da cobrança, sem custas;

e isto em quanto não houver Rendeiro da Chancellaria, ao qual compete pela Ley demandar as penas nesta materia; além disto inquiriráo sempre os Ouvidores na devassa da Correição dos que usão de pezos, e balanças falsas, e contra os que achar comprehendidos procederá na fórma da Ley.

E porque os ditos Ouvidores são também Provedores nas suas Comarcas, e tem obrigação de examinar as contas dos Conselhos, indo em correição, e de prover os Inventarios dos Orfãos, e de tomar contas dos rendimentos das legitimas delles, e de as rever, sendo tomadas pelo Juiz dos Orfãos, e de tomar contas aos Testamenteiros, e do mais que lhe compete conhecer pelo seu Regimento.

Nas contas dos testamentos, não levaráõ residuo do que acharem cumprido: e isto ainda que as despezas fõsem feitas depois do anno, mez, ou depois do tempo, que o Testador lhe concedeo: porém se forem feitas depois de serem citados para darem conta, tendo sido citados já passado o tempo, levaráõ residuo do que depois de citados fôr cumprido, e será do premio, ou legado, que o Testador deixou ao Testamenteiro, e não lhe sendo deixado cousa alguma, o haverá dos bens do Testamenteiro, que o deve satisfazer pela sua negligencia: com tal declaração, que sendo a dúvida do cumprimento só por falta de formalidade, sendo certa a despesa, e conforme a disposição, se não levará residuo, e achando que cumprio bem como devia, e dentro do tempo, ou antes de ser citado, levará de julgar o testamento por cumprido, mil e duzentos réis, e da quitação, querendo-a o Testamenteiro, não levaráõ assignatura. Das contas, que tomarem nos Conselhos até duzentos mil réis, levaráõ seiscentos réis: sendo o rendimento de duzentos mil réis até quatrocentos, levaráõ mil e duzentos réis; de quatrocentos mil réis até hum conto de réis, dous mil e quatrocentos réis; de hum conto até dous contos de réis quatro mil e oitocentos réis, e nada mais, ainda que o rendimento seja maior, e não levaráõ residuo, e só das addições, que glozarem, tendo sido mal despendidas, e o pagarão aos Officiaes, que fizerem essa despesa, fazendo repôr a importancia della. O mesmo observarão nas Confrarias, Hospitaes, e Albergarias, conforme a importancia do rendimento, sem residuo; e só o poderão levar do que acharem mal dispendido, e fizerem repôr á custa dos que mal o dispendierem. Das contas, que tomarem aos Tutores dos bens dos Orfãos, que administraõ, ou das que reverem sendo já tomadas pelos Juizes delles, levaráõ o mesmo concedido a estes. Das coimas appelladas, havendo-as, ou sejaõ confirmadas, ou revogadas, de cada huma levaráõ da parte vencida, cento e sincoenta réis. Das rubricas dos livros, que lhes pertencerem, como Provedor, levaráõ o mesmo que por ellas lhes he concedido, como Ouvidor. Dos Inventarios, e partilhas levaráõ o mesmo, que vai dado aos Juizes dos Orfãos.

JUIZES DE FÓRA, E ORFÃOS.

T Eraõ de alçada nos bens de raiz dezefcis mil réis, e vinte nos bens móveis, e nas penas pecuniarias, até feis mil réis.

Das sentenças definitivas, ou sejaõ as causas ordinarias, ou summarias, sendo de valor até trinta mil réis, levarão trezentos réis. De trinta até cem mil réis, levarão quatrocentos réis. De cem até quinhentos mil réis, seiscentos réis, de quinhentos mil réis para cima, oitocentos réis. Embargando-se as sentenças, ou seja por huma das partes, ou por ambas, levarão sómente ametade da assignatura da sentença, pagando cada huma a parte competente, quando ambas embargarem. A mesma assignatura levarão das excepções peremptorias, e de espolio, artigos de attentado, de falsidade, e opposição, quando tiverem conhecimento ordinario, e se determinarem a final, pondo-se com a sentença fim á causa, observada a differença do valor della, que se regulará pelo pedido na acção; e não pondo a sentença fim á causa, não levarão couza alguma. Das excepções declinatorias, levarão cento e sincoenta réis.

Nas acções da alma, não cabendo na alçada, levarão duzentos réis; e cabendo nella, cem réis. Dos mandados de preceito, duzentos réis, e de outros quaesquer mandados para citações, prizões, penhoras, e Alvarás de folha, e soltura, oitenta réis. Das cartas precatórias, citatorias, e executórias, de inquirição de posse, e para outras quaesquer diligencias, cento e sincoenta réis, o mesmo das cartas, ou Alvarás de Editos. Das justificações para embargo, ou segurança, e de que se mandar passar instrumentos, cento e sincoenta réis. De sello da sentença, ou carta, cem réis. Do juramento suppletorio, e tambem dado aos Louvados para avaliarem a causa de cada hum, cem réis; e louvando-se ambas as partes em hum só Louvado, levarão cem réis sómente. De inquirir cada testemunha em causa Crime, ou Cível, cem réis. Dos exames, que se fazem em sua presença, sobre falsidade, ou vicio de alguns autos, livro, ou documento, quatrocentos réis. De artigos de habilitação, cem réis; e o mesmo das sentenças de absolvição da instancia. De embargos remettidos, cento e sincoenta réis: e vindo-se com elles na execução, sendo de nullidade, pagamento, compensação de retenção de bemfeitorias, artigos de liquidação, justificativos, levarão meia assignatura da sentença definitiva, como nos mais embargos, e assim fica declarado: sendo porém os embargos de terceiro, levarão delles a mesma assignatura, que da sentença definitiva.

Das arrematações na Praça em leilão, sendo de bens móveis do valor até sincoenta mil réis, levarão de cada huma oitenta réis; de sincoenta até cem mil réis, cento e sincoenta réis; e passando de cem mil réis, ou sendo bens de raiz, trezentos réis: porém requerendo o Arrematante carta para o seu titulo, não levarão assignatura. De cada vistoria na Cidade, ou Villa, dous mil réis: e sendo fóra do Termo, levarão por dia, a razaõ de seis legoas, tres mil e seiscentos réis, e o mesmo vencerão cada dia nas diligencias, indo fóra da terra a requerimento de parte. Das devassas particulares, que tirarem a requerimento de parte, ou havendo culpados, levarão do auto, e juramento ao queixoso, cento e sincoenta réis. De cada testemunha, cem réis. E da pro-

nuncia, seja hum, ou muitos culpados pronunciados juntamente, ou em diverso tempo, quatrocentos réis. Nas querellas, levarão do auto, testemunhas, e pronuncia, o mesmo que nas devassas. Das rubricas dos livros das Camaras, por cada folha sessenta réis, e o mesmo dos mais livros que podem rubricar.

Os Juizes dos Orfãos do auto do Inventario, juramento ao Inventariante, e Avaliadores, não os havendo juramentados, levarão seiscentos réis, e nada mais, sendo na Cidade, ou Villa. E sendo fóra della em distancia, vencerão do caminho o salario na fórma, que abaixo se declara. Porém não irão fóra fazer inventarios, senão quando for mais utilidade dos Orfãos, e não levarão Avaliadores comsigo á custa delles, por deverem ter vizinhos do lugar, ou sitio, onde estão os bens, os quaes tem razão para saber melhor o valor, e estimação delles. E havendo Avaliadores do Conselho juramentados, querendo ir sem vencerem salarios de caminho, os devem levar.

Das partilhas, e determinação dellas levarão na fórma do Regimento feito para os Juizes dos Orfãos do Brasil, em dous de Maio de mil setecentos trinta e hum, no qual se lhes concedeo hum por cento até á quantia de cem mil réis, que importa o salario mil réis, e nada mais até hum conto, de que levarão dous mil réis, e chegando a dous contos de réis, tres mil réis; excedendo porém esta quantia, levarão quatro mil e oitocentos réis, e nada mais, posto que o Inventario, e partilhas seja de maior importancia. E não irão fazer as partilhas fóra com pretexto algum, e se o forem não vencerão caminho. Das arrematações dos bens em leilão, levarão o mesmo, que os Juizes de Fóra á custa dos Arrematantes, sem defraudarem os bens dos Orfãos. De cada auto de contas, que tomarem aos Tutores, e Curadores, e estes forem obrigados a dallas, que he de dous em dous annos, sendo dativos; de quatro em quatro, sendo legitimos, ou testamentarios, na fórma da Ley, levarão o salario, que lhes determina o dito Regimento, havendo só respeito ao rendimento, de que tomaõ conta, e nada mais levarão, ainda que aquelle seja maior, e muitos os Orfãos, por ser hum o Inventario, e Tutor, e huma só administração, de que dá conta; porém sendo muitos os Orfãos, e diferentes os rendimentos dos bens, se rateará a despesa da conta conforme o que tocar a cada hum. Nem tambem irão os Juizes tomar fóra as contas para vencerem caminhos por terem os Tutores obrigação de as irem dar perante elles, sendo notificados por seu mandado depois de passado o tempo, ou havendo justa causa para removellos da tutela; e quando haja nelles contumacia poderão obrigarlos pelos meios, que lhe são permittidos por direito, da mesma sorte, que aos Testamenteiros, e outros, que tem obrigação de darem contas de sua administração perante Juizes certos, e competentes.

Os Juizes de Fóra dos Orfãos, no mais que aqui não vai expresso, levarão as mesmas assignaturas, e salarios de caminho, que ficam permittidos aos Juizes de Fóra do geral. E os Juizes eleitos pelas Camaras não levarão assignaturas: da mesma sorte, que as não levaõ os Juizes Ordinarios; e só levarão o sello das sentenças, e cartas inquiridorias, arrematações, e caminhos, dos quaes se lhes contarão sómente dous mil e quatrocentos réis por dia, a razão de seis legoas; e sendo me-

menor a distancia ; a quatrocentos réis por legoa , e os emolumentos das partilhas , e contas , que determina o dito Regimento de dous de Maio de mil setecentos trinta e hum.

ESCRIVÃES, E TABELLIÃES DO JUDICIAL.

DE cada citação , ou notificação , de que passarem certidão , sendo na Cidade , ou Villa , levarão quatrocentos réis , e sendo no Termo por mandado , levarão mais o que lhe tocar de caminho , conforme a distancia. Porém sendo feita em audiência , ou em sua casa , levarão setenta e cinco réis ; e o mesmo levarão de cada autuação. De huma procuração *apud aut* , ainda que sejam muitos os Procuradores , cento e cincoenta réis ; e se duas , ou tres pessoas constituirem hum Procurador , levarão o mesmo de cada huma : salvo sendo marido , e mulher , ou irmãos , em huma herança , ou Cabido , Universidade , ou Conselho , que não pagarão senão como huma só pessoa. Dos mandados , que passarem para citação , segurança , prização , avocatorios , e outras diligencias , cento e vinte réis. O mesmo dos Alvarás da folha de soltura , ou venia , e outros semelhantes ; e também dos mandados de preceito por confissão da parte , quando for condemnada em audiência ; sendo porém feita nos autos por termo , e dada nelles sentença , ainda que seja de preceito , levarão o mesmo , que lhes tocar pelas definitivas. Das revelias , e mandados , de que se fizer menção nos termos do processo , não obstante a Ordenação , liv. 1. tit. 83. §. 6. e 9. , permittir de cada termo sete réis , e quatro réis por cada mandado , não se lhe contará cousa alguma , para evitar a confusão da conta , e maior desembaraço della : havendo-se respeito a esta diminuição , no que haão de levar pela escripta á raza , que abaixo se lhe arbitra , para compensar esse prejuizo. De hum termo de confissão , ou transacção entre partes , ou desistência , cento e cincoenta réis. Das inquirições , além do que montar a raza de sua escripta , levarão de cada assentada setenta e cinco réis , tirando tres testemunhas debaixo de cada huma ; e não poderão levar mais , que duas assentadas por dia , huma de manhã , outra de tarde : e tendo huma menos , e outra mais testemunhas , se supprirá huma por outra , em forma que toque a cada assentada tres testemunhas ; e não chegando a esse número , se lhes contará vinte réis por cada huma ; sendo tiradas em casas particulares na Cidade , ou Villa , ou seus arrabaldes , em huma só casa , levarão setenta e cinco réis ; e se forem em diversas casas , levarão o mesmo de cada huma ; e indo fóra da Cidade , ou Villa , levarão o que lhe tocar de seu caminho , conforme a distancia , e demora justa , que tiverem. De caminho nas inquirições , e mais diligencias , a que forem a requerimento de parte , levarão por dia dous mil e quatrocentos , contando a seis legoas por dia , e por legoa a quatrocentos réis ; e sendo menos a distancia , se lhes contará por legoa.

Das conclusões das sentenças interlocutorias , levarão trinta réis , e cincoenta réis das definitivas. Da conclusão ante o Juiz da apellação , sendo de definitiva , trezentos réis. Da publicação das sentenças interlocutorias , sessenta réis. E das definitivas , cento e vinte réis , e sempre nella devem dar fé , se foraão as partes presentes , ou não. A

raza se ha de contar por regras, a trinta réis por cada vinte e cinco regras, tendo estas trinta letras cada huma; e assim se contará nas inquirições, appellações, traslados, e termos do processo, attendendo-se a terem-se tirado os emolumentos dos termos, revelias, e mandados, que feroão obrigados a fazer como dantes, contados sómente á raza. E das sentenças, e das que tirarem de instrumento de aggravos, e cartas de arrematação, se lhes contará cada meia folha escripta de ambas as partes, a quatrocentos réis; tendo cada lauda vinte e cinco regras, e cada regra trinta letras, humas por outras. Das cartas testemunhaveis, citatorias, de inquirição, de seguro, ou outra qualquer, que leve sello, e instrumentos de aggravo, levarão de cada meia folha das primeiras tres, escripta de ambas as partes, com as mesmas regras, e letras, trezentos e cincoenta réis; e o mais a raza, na fórma que fica dito.

Das buscas dos processos, ou sejaõ findos, ou retardados, tendo passado seis mezes sem se fallar nelles, não estando conclusos, ou estando hum anno na mão do Escrivão, levarão depois dos primeiros seis mezes passados dahi em diante por cada mez, quarenta e oito réis, não levando mais, que a respeito dos mezes, que houver, em que o feito for findo, ou retardado, depois de passados os primeiros seis mezes; e chegando a anno, levarão quinhentos e setenta e seis réis. E sendo mais tempo, que passe de anno, levarão no segundo mais duzentos e oitenta e oito réis, que he ametade do que lhes pertence pelo primeiro; e se passar de dous annos, levarão noventa e seis réis do terceiro, que he a terça parte do que devem levar a respeito do segundo; e por todos tres levarão novecentos e sessenta réis, e nada mais, ainda que a busca seja de mais annos, o que se entenderá até trinta annos; porque passados estes, poderão levar o que ajustarem com as partes, por não terem obrigação de dar conta dos processos; e a busca levarão de todos os autos, inquirições, escripturas, que tiverem em seu poder, e guarda. Porém sendo as buscas em livros, como são de queréllas, ou denuncias, levarão da busca sómente ametade do que levariaõ dos processos, e escripturas, havendo respeito no que dito fica.

De cada penhora, embargo, ou sequestro, que fizerem na Cidade, ou Villa, em bens de qualquer especie, levarão quatrocentos e oitenta réis pelo auto, e ida; e sendo no Termo; levarão mais o que lhes tocar de caminho. Dos pregões de bens penhorados, que o Porteiro der na Praça, e lugares públicos, não levarão coisa alguma, e sómente a escripta delles á raza, os quaes devem lançar pela certidão do Porteiro, e fé que este tem nas coisas, que pertence ao seu officio. Das arrematações dos bens penhorados, ou em leilão, sendo de móveis de valor até cincoenta mil réis, levarão setenta e cinco réis; e de cincoenta mil réis para cima até cem mil réis, cento e cincoenta réis; e passando de cem mil réis, ou sendo de bens de raiz, trezentos réis; porém querendo o Arrematante carta de arrematação para seu titulo, levarão della a escripta, como de sentença, na fórma atraz declarada. E do termo da entrega, quando os bens se não arrematarem, levarão o mesmo, que de qualquer mandado.

Das vistorias na Cidade, ou Villa, além do que lhe importar a ef-

escripta á raza , levarão trezentos réis , e sendo fóra , levarão o seu caminho. Dos exames , que fizerem em alguns autos , livros , e escriptura , ou outro qualquer documento sobre vicio , ou falsidade , levará cada hum seiscentos réis ; e o que fizer o auto , levará de mais a escripta ; e nos que se fizerem sobre lezaõ , aleijaõ , ou disformidade pelos Cirurgiões , levarão sómente a escripta ; e sendo feitos em presença do Ouvidor , ou Juiz , levará da ida mais setenta e cinco réis. Das cartas de Editos , quinhentos réis : das posses , que forem dar na Cidade , ou Villa , além da escripta , trezentos réis ; e sendo fóra , levarão o seu caminho , conforme a distancia , e demora , que tiverem. De qualquer certidão , que passarem do que constar dos autos , referindo-se a elles , levarão de cada meia folha , escripta de ambas as partes , duzentos e cincoenta réis , sendo cada lauda de vinte e cinco regras , e cada regra de trinta letras , como fica dito ; e sendo de menos , não passando de huma lauda , cento e cincoenta réis.

Nas queréllas , e devassas , levarão do auto , além da sua escripta , setenta e cinco réis ; e do summario , a escripta á raza , assentada , e conclusão , como da definitiva , e nada mais , sendo na Cidade , ou Villa , e sendo fóra , levarão o seu caminho. De cada libello , que offerecerem por parte da Justiça , como Promotor della nos casos , que lhes pertence a accusação , sendo o caso de querélla , levarão trezentos réis ; e sendo devassa , que deve ser bem vista para se conformar com ella , e ser maior o trabalho , seiscentos réis. Dos termos de seguro , e de viver , e de proceder bem , e outros , sendo feitos em sua casa , de cada hum que os assignar , cento e cincoenta réis ; e indo tomallos á cadeia , ou casa do Juiz , trezentos réis ; e o mesmo levarão de qualquer termo de homenagem.

Nas devassas tiradas a requerimento de parte , deve esta satisfazer as custas della , e sendo tiradas ex officio nos casos particulares , que a Ley determina , as pagarão os culpados , que forem obrigados á prizaõ , posto que se não venhaõ livrar ; e não havendo culpados , pagar-se-ha ametade sómente do que nella se montar , á custa do Conselho , aonde se commetteo o maleficio. De registrar a sentença na culpa , levarão setenta e cinco réis. Nas revistas das afferições em correição , não levarão os Escrivães della cousa alguma das pessoas , que forem absolvidas ; porém das que não tiverem cumprido , terão duzentos e quarenta réis da multa , em que cada hum for condemnado , como fica dito no titulo dos Ouvidores.

E não poderão os Escrivães , e Tabelliães do Judicial contar as custas por si , nem pedillas ás partes antes de vencidas , e contadas pelo Contador , ainda com o pretexto de lhas descontarem a seu tempo , pena de suspensão , e privação de seus officios.

TABELLIÃES DAS NOTAS.

DE cada Escriptura , que fizerem no livro das Notas , levarão dous mil e quatrocentos réis , e seraõ obrigados a darem o traslado della á parte , sem por isso lhe levarem outra paga. De cada procuração bastante com a mesma obrigação , mil e oitocentos réis. De cada papel , que lançarem nas Notas , e tirarem dellas , levarão a sua es-

escripta á raza, na fôrma que os Escrivães, e Tabelliães do Judicial. Da ida fôra de casa a fazer alguma escriptura, além do estipendio, que por ella lhes compete, setenta e cinco réis; e sendo fôra da Cidade, ou Villa, levarão o mesmo caminho, que vencem os Escrivães do Judicial. De cada approvação de testamento, ou codicillo, mil e duzentos réis. De cada reconhecimento, e subtalecimento, cento e cincoenta réis. De busca de escriptura no livro das Notas, levará ametade do que levaõ os Escrivães, e Tabelliães do Judicial dos processos, e escripturas, e mais documentos, que he por cada mez, vinte e quatro réis no primeiro anno, que sendo completo, importa duzentos e oitenta e oito réis; e passando de anno leváráõ no segundo, cento e quarenta e quatro réis; e se passar de dous annos, levarão mais do terceiro, quarenta e oito réis; e por todos quatrocentos e oitenta réis, e nada mais, ainda que tenhaõ passados mais annos; e outro tanto levarão por buscar qualquer instrumento, que já tiverem tirado da Nota, não lhes tendo sido requerido pela parte, a que pertencia a entrega delle, quando esta se não demorou por culpa sua.

ESCRIVÃES DOS ORFÃOS.

NOs processos, que ordenarem, levarão o mesmo, que os mais Escrivães, e Tabelliães do Judicial. Do auto de Inventario, sendo na Cidade, ou Villa, além da escripta á raza, da ida, setenta e cinco réis, e a raza se contará da mesma sorte, que no Judicial; e indo fôra fazello, levarão o caminho como os mais Escrivães, e Tabelliães. Nas partilhas, levarão do auto o mesmo, que do Inventario, e a mais escripta á raza: das conclusões, assim para a determinação da partilha, como para se julgar por sentença, o mesmo que dellas levaõ os do Judicial. E não extrahirão cartas de partilhas, senão requerendo-as os Orfãos depois de maiores, ou havendo alguns maiores coherdeiros, que as peçaõ. De cada termo de tutela escripto no livro, setenta e cinco réis, e de o copiarem no Inventario, sómente o que importar a escripta. Dos termos de entrega dos Orfãos, quando se derem á soldada, e de fiança, mandados, e Alvarás, setenta e cinco réis. O mesmo levarão dos termos de entrada no cofre, no livro, que nelle deve estar, e tambem do que fizer da sahida: esta porém se não fará sem primeiro ser ouvido o Tutor dos Menores, a que pertencer. Dos termos, que fizerem de arrendamentos dos bens dos Orfãos, nos casos, que lhe são permittidos, levarão a escripta, e da ida á praça, setenta e cinco réis; e das arrematações dos bens, o mesmo, que fica dito nos Escrivães, e Tabelliães do Judicial.

Das contas, que o Juiz tomar aos Tutores dos rendimentos das legitimas dos Orfãos, levarão do auto setenta e cinco réis, e o mais de sua escripta, contada á raza. De busca dos Inventarios, requerida por parte dos Orfãos, ou seu Tutor, levarão pelo primeiro anno, no fim delle, cento e cincoenta réis, e outra tanta quantia pelo segundo, e tambem pelo terceiro, em que se monta pelos ditos tres annos, quatrocentos e cincoenta réis, e nada mais dalli em diante; porém quando lhes forem requeridos por alguma parte, que não seja por parte dos Orfãos, ou de seus Tutores poderão levar busca delles, da mesma for-

forte , que a podem levar os Eſcrivães , e Tabelliães do Judicial de feitos findos , ou retardados.

DISTRIBUIDORES.

DE cada diſtribuição , levarão cento e ſincoenta réis. De busca por ſer em livro , o meſmo que o Tabelliaõ de Notas ; porém não a poderão levar , ſenaõ paſſados ſinco annos , que o feito , auto , ou eſcriptura forem diſtribuidos. De cada certidão , que paſſarem , cento e ſincoenta réis.

INQUIRIDORES.

DE inquirir cada teſtemunha , levarão cento e ſincoenta réis , e de aſſentada , que terá de cada tres teſtemunhas , ſetenta e ſinco réis. De inquirir em caſa particular , na Cidade , ou Villa , ſendo em huma ſó caſa , ſetenta e ſinco réis ; e ſe for em diverſas caſas , levarão o meſmo de cada huma ; e indo fóra da Cidade , ou Villa , levarão o que lhes tocar de ſeu caminho , como vencem os Eſcrivães , e Tabelliães.

CONTADORES.

DE contar o ſallario , que vence o Eſcrivaõ , ou Tabelliaõ , tanto da parte do Author , como do Réo , levarão de cada huma cento e ſincoenta réis. De contar as cuſtas da parte , trezentos réis , e quando as houver de dividir , por ſer a condemnação das cuſtas por partes , levarão de ambas , quatrocentos e ſincoenta réis ; havendo de cada huma , conforme a parte , que lhes tocar : porém de contar as peſſoas , quando as partes as vencem , não levarão couſa alguma. Havendo de contar juros , ou importancia liquida de frutos , ou rendimentos annuaes , levarão por cada hum anno , cento e ſincoenta réis. E de outras contas , que os Julgadores lhes mandarem fazer , entre partes , ſendo em cauſa de maior valor , que exceda a Alçada , levarão o que lhe for taxado pelo Juiz , que a mandar fazer , o qual arbitrará o ſallario , conforme a qualidade dellas ; e não levarão couſa alguma , ſem lhes ſer taxado , nem maior eſtipendio , que o arbitrado. Porém achando ſe as partes gravadas no arbitrio , poderão recorrer a maior Alçada , por meio de aggravo , ou quando ſe conhecer da appellação.

MEIRINHOS, E ALCAIDES.

DE cada prizaõ levarão ſeiscientos réis ; e o meſmo de cada penhora , embargo , ou ſequeſtro. De cada citação , que por eſtilo fazem , terão o meſmo , que os Eſcrivães , e Tabelliães do Judicial , paſſando certidão em fé della. De caminho , aſſim no Juizo da Ouvidoria , como ordinario , levarão por dia mil e duzentos réis ; e indo fóra a mais diligencias do que huma , ratearão por todas a importancia do que vencerem de caminho.

ESCRIVÃES DA VARA.

DE cada auto, que fizerem de prizão das pessoas, que os Meirinhos, e Alcaides prenderem, indo em sua companhia, levarão trezentos réis; e da ida com o Meirinho, ou Alcaide, outros trezentos réis; e o mesmo levarão de cada auto, que fizerem das condemnações verbaes, que escrevem em livro. Dos autos de penhora, embargo, ou sequestro, e outros, que por razão do seu Officio podem fazer, trezentos réis. De caminho, e diligencias fóra da Cidade, ou Villa, levarão o mesmo, que leuão os Meirinhos, e Alcaides.

PORTEIROS.

DE cada citação, que fizerem, e passarem fé, levarão cento e sincoenta réis; e sendo na audiencia, trinta e sete réis e meio; porém se for em distancia fóra do Lugar, ou Villa, levarão o seu caminho a cem réis por legoa, que he por dia a razão de seis legoas, seiscentos réis. De cada pregação em audiencia, trinta e sete réis e meio. De apregoar na praça, e mais lugares públicos os bens penhorados os dias da Ley, levarão de cada hum sessenta réis, que nos oito dias, que devem andar os bens móveis, importaão quatrocentos e oitenta réis; e nos vinte dias, que devem andar os de raiz, mil e duzentos réis; os quaes só vencerá depois de passar certidão com fé de que os correo, como he estilo, para se ajuntar aos autos; e satisfazendo o devedor a divida antes que se acabem os dias da praça, pagar-se-ha os pregões, que tiver corrido, e nada mais. Da arrematação de bens móveis até sincoenta mil réis, levarão trinta e sete réis e meio; de sincoenta mil réis para cima até cem, setenta e cinco réis; e passando de cem mil réis, cento e sincoenta réis. De apregoar hum Carta de Editos, fixalla, e passar certidão, depois de findo o tempo, trezentos réis.

PARTIDORES DOS ORFÃOS.

OS Avaliadores dos bens da Cidade, ou Villas, feraõ os mesmos Partidores juramentados, havendo-os, e levarão de avaliar os bens, que se inventariarem, cada hum seiscentos réis: se porém se gastar hum dia inteiro no Inventario, levará cada hum mil e duzentos réis; e assim os mais dias, que gastarem a esse respeito; porém sendo o Inventario distante da Cidade, ou Villa, feraõ os Avaliadores vizinhos do lugar, aonde estiverem os bens, por terem mais razão de saber o valor delles. Não havendo vizinhança perto, se contará a cada hum mil e duzentos réis por dia, desde que sahirem de sua casa até se recolherem, contados os dias a seis legoas cada hum. E querendo ir os Avaliadores do Conselho, sem que se lhes conte o caminho, e só o tempo, que durar a factura do Inventario, os Juizes os admittirão, mandando-lhes pagar os dias, que durar o Inventario, e avaliações. Os Partidores levarão ambos juntos outro tanto sallario como he permittido ao Juiz da facção das partilhas, como fi-

ca dito; e não levarão caminho, ainda que estas se fação fóra da Cidade, ou Villa, assim como o não devem levar o Juiz, e Escrivão.

ESCRIVÃES DA CAMARA.

DE cada Alvará, que for assignado pelos Officiaes da Camara, levarão cento e sincoenta réis. De todos os assentos, e termos, que fizerem nos livros della, por mandado dos Vereadores a requerimento de partes, assim como obrigações, fianças, e outras semelhantes, de cada hum cento e sincoenta réis. De cada licença, que passarem aos Vendeiros, e Officiaes mecanicos, e aos mais, que tem porta aberta para vender, quatrocentos réis. Das cartas, patentes, e provisões, que se registarem nos livros da Camara, mil e duzentos réis. Das cartas testemunhaveis, que passarem de quaesquer requerimentos, que se fizerem aos Vereadores, e Officiaes da Camara, levarão o mesmo, que os mais Escrivães á custa de quem as requerer. Da publicação da sentença, que a Camara proferir nos feitos de injúrias verbaes, cento e vinte réis, e escrevendo alguma coufa nelles, depois de conclusos, por mandado dos Juizes, e Vereadores, levarão o que montar essa escripta á raza, contada na fórmula, que os mais Escrivães, e Tabelliães do Judicial. Dos contratos, que se arrematarem pela Camara, não levarão propina alguma, e sómente de cada arrematação, ou seja de afferições, ou curraes, talhos, ou outras semelhantes rendas, levarão de cada hum dous mil e quatrocentos réis. Porém da arrematação de qualquer obra, que a Camara mandar fazer, levarão só mil e duzentos réis. De cada Regimento de Officio, ou taxa, que se passar para sempre, mil e duzentos réis: de cada Provisão de Juiz de cada hum dos officios mecanicos, e cartas de exame, mil e duzentos réis. De cada termo de juramento, e posse, que se der na Camara aos Capitães da Ordenança, e outros, seiscentos réis. De escreverem as eleições das Justiças, que fizerem os Ouvidores, ou Officiaes da Camara de tres em tres annos, quatro mil e oitocentos réis. Pela escripta das contas do Conselho, não tendo ordenado, levarão sete mil e duzentos réis.

ESCRIVÃES DA ALMOTAÇARIA.

DE hum a acção, levarão setenta e cinco réis; de hum absolvição da instancia do Juizo, assentada em caderno o mesmo; de hum appellação entre partes para o Juiz, ou Camera, cento e sincoenta réis. De cada testemunha, cento e sincoenta réis: de hum sentença, duzentos réis: de hum pena, posta entre partes, cento e sincoenta réis. No provimento pela Cidade, ou Villa, quando forem com os Almotaçeis, levarão dos que acharem em culpa, e forem condemnados, de cada hum trinta e sete réis e meio. E havendo causas, em que se houver de ordenar processo, e guardar a ordem do Juizo levarão, do que processarem, o mesmo que os mais Escrivães, e Tabelliães do Judicial.

A D V O G A D O S.

DE cada requerimento na audiencia , cento e sincoenta réis. De pôr huma acção , o mesmo. De huma petição de agravo , mil e duzentos réis. De huma excepção , o mesmo. De Razaõ offerecida por embargos , trezentos réis. De causa ordinaria , com replica , e treplica , nove mil e seiscentos réis. De causas summarias , quatro mil e oitocentos réis : o que será , passando a causa decem mil réis ; e não chegando , levarão ametade.

R E Q U E R E N T E S.

DE porem huma acção em audiencia , cento e sincoenta réis. De cada requerimento , o mesmo ; e ajustando-se com as partes a tratar das causas , poderão levar por mez , mil e duzentos réis , e não mais , ou seja huma , ou muitas causas.

C A R C E R E I R O S.

DE carceragem de cada hum dos presos , quando se mandar soltar levarão mil e oitocentos réis , e o mesmo levarão dos que forem presos de noite com armas defezas ; porém dos que forem presos por serem achados fóra de horas , depois do sino , sem armas , levarão só meia carceragem. E sendo algum preso por erro , ou sem mandado do Juiz , e sem culpa , e por isso for mandado soltar por despacho , ou Alvará , não levarão d'elle carceragem. Do preso , que for mudado para outra prizaõ , levarão sómente ametade de carceragem , que elle havia de pagar , quando fosse solto ; e o Carcereiro da prizaõ para onde for mudado , levará , quando o soltarem , a carceragem inteira. Dos escravos presos , ou seja por culpas , ou por serem penhorados a seus senhores , e não haver Depositario a elles , ou por fugidos , ou por ordem de seus senhores , sendo soltos , levarão mil e duzentos réis sómente : e não lhe querendo seu senhor dar de comer , o Carcereiro lhe assistirá com o sustento necessario ; levará d'elle , por cada escravo por dia , cento e vinte réis.

E porque este Regimento he só geral para o districto das Minas , em que ha de ter sua observancia , e diverso do que he concedido para as Comarcas da Beira-Mar , e Certaõ , e ha algumas destas , que comprehendem tambem Villas , e terras de Minas , em que se pagão quintos : levarão os Ouvidores , e seus Officiaes dentro do districto dellas , quando nelle assistirem , os mesmos salarios , que nestes se lhes permittem ; porém nas mais Villas , e Lugares , em que não houver Minas actuaes , em que se paguem quintos , observarão sem alteraçãõ o Regimento feito para os Ouvidores , Juizes , e Officiaes , ou Justiças das ditas Comarcas de Beira-Mar , e Certaõ ; e sempre os emolumentos , e assignaturas se regularão conforme o districto , em que foraõ ajuizadas as partes , aonde pertencem as causas , ainda que por ausencia dos Ouvidores se continuem , e terminem em outro diverso.

Ha-

Havendo novos descobrimentos distantes do povoado , porque nelles pelo grande concurso , e multidão do povo he necessaria prompta administração da justiça , e se costumão vender os mantimentos por excessivos preços , levará o Ouvidor da Comarca , aonde as novas minas se descobrirem , e tambem seus Officiaes dentro do districto dellas , mais a terça parte do conteúdo neste Regimento : porém passando tres annos , não poderão levar o dito excesso , e sómente os salarios determinados nelle.

Este Alvará em fórma de Ley se cumpra , e guarde inteiramente , como nellê se contém , não obstante quaesquer outras Leys , Regimentos , ou Resoluções em contrario , que Hei por derogados para esse effeito , como se delles fizesse expressa , e individual menção. Pelo que , mando ao meu Conselho Ultramarino ; Vice-Rey , Governadores , e Capitães Generaes do Estado do Brasil ; Ministros , e mais pessoas dos meus Reynos , e Dominios ; que o cumprão , e guardem , e o fação inteiramente cumprir , e guardar , como nelle se contém ; e ao Desembargador Francisco Luiz da Cunha e Ataide , do meu Conselho , e Chanceller Mór do Reyno , Mando , que o faça publicar na Chancellaria , e o faça imprimir , e registar nos lugares , onde se costumão fazer semelhantes Registos ; e este proprio se lançará na Torre do Tombo. Escrito em Belem a dez de Outubro de mil setecentos sincoenta e quatro.

R E Y.

Diogo de Mendonça Corte-Real.

*A*lvará em fórma de Ley , pelo qual Vossa Magestade he servido declarar as assignaturas , e emolumentos , que devem haver os Ouvidores , Juizes , e seus Officiaes das Comarcas das Minas Geraes , Cuyabá , Mato Grosso , S. Paulo , e Goyaz , e nos que ficam no continente do Governo da Bahia , e todas as mais , que se descobrirem nos mesmos , ou diversos Governos : e tudo na fórma que assima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

Fran-

CB

P8539

1754

4

1-512E

69-505

Worwer

1-7-67

(16)

Francisco Luiz da Cunha de Ataide.

Foi publicado este Alvará em fôrma de Ley na Chancellaria Mór da Corte, e Reino. Lisboa, 15 de Outubro de 1754.

D. Sebastião Maldonado.

Registado na Chancellaria Mór da Corte, e Reino no livro das Leys, a fol. 51. Lisboa, 18 de Outubro de 1754.

Rodrigo Xavier Alvares de Moura.

Thomás Pinto de Vilbanna o fez.

Na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.



